

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE : DA IDENTIDADE
BIOLÓGICA À IDENTIDADE SÓCIO-CULTURAL DE GÊNERO. ***

**THE SOCIAL CONSTRUCTION OF SEXUALITY- FROM BIOLOGICAL
TO SOCIO-CULTURAL GENDER IDENTITY**

Marise Bezerra Jurberg **

RESUMO

A partir da análise dos diversos níveis de explicação com que se pode abordar o estudo da sexualidade humana, a autora discute as influências sociais que constroem identidades sociais diferenciadas segundo o gênero e segundo as fases do desenvolvimento do indivíduo, considerando as ideologias que mantêm tais diferenciações sociais.

Palavras chave: Sexualidade e Socialização- Desenvolvimento sexual- Educação Sexual- Identidade de Gênero- Construtivismo social

ABSTRACT

After analysing several levels of explanation on which the study of human sexuality is based, the author discusses the social influences which account for the building of differentiated social identities according to the individual's gender and phases of development, situating the ideologies that support such differentiations.

Key words: Sexuality and socialization-Sexual development-Sexual education- Gender identity- Social constructivism

*- Trabalho publicado na Revista Scientia Sexualis 7(2):25-40,2001

**-Doutora em Psicologia pela USP/SP; professora do Mestrado em Sexologia da Universidade Gama Filho/RJ;

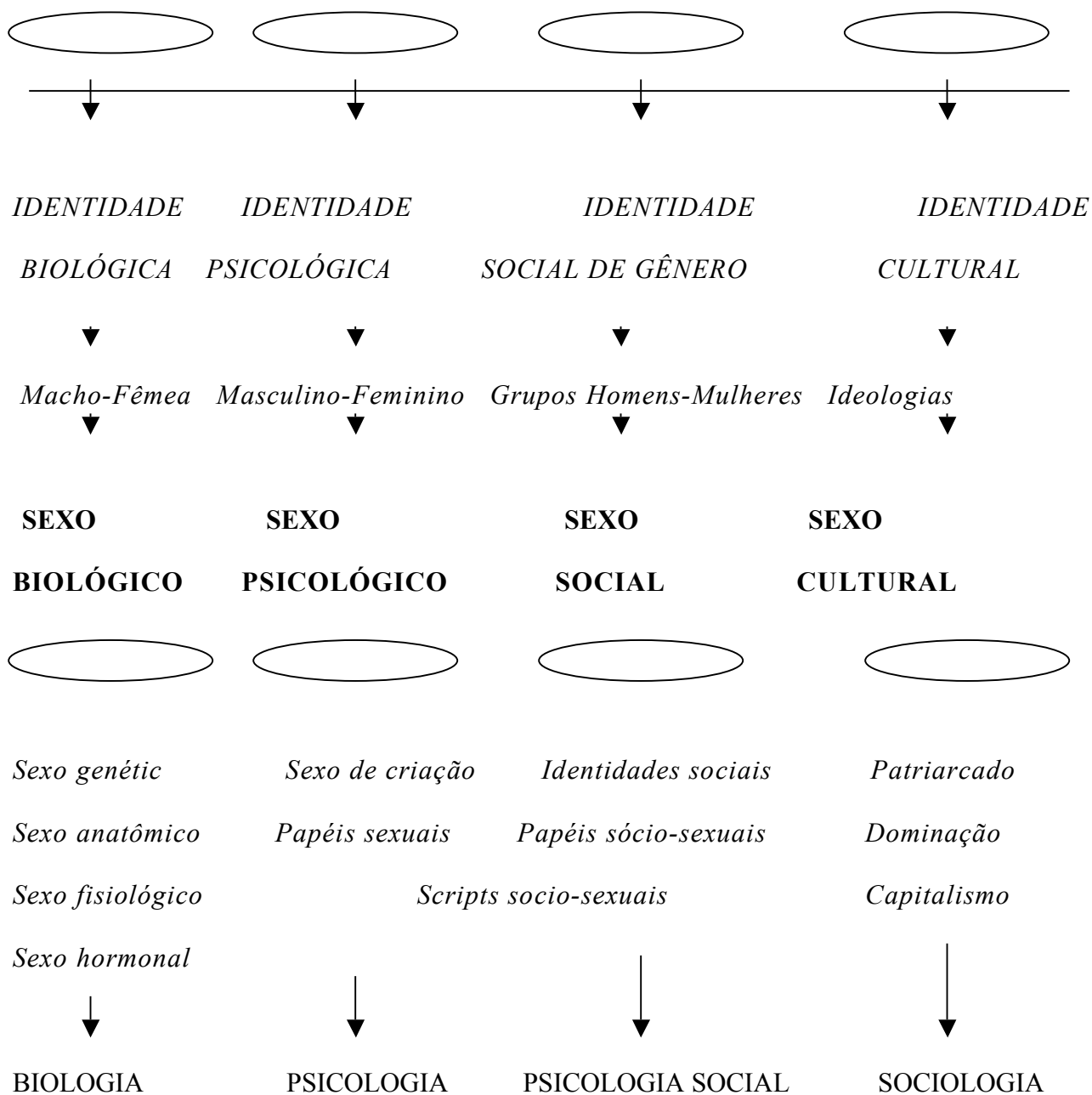
INTRODUÇÃO

Com relação à sexualidade, temos defendido, em diversas ocasiões, a perspectiva de um construtivismo social (Jurberg, 1996c; 1997 b), ressaltando a importância da socialização na formação e na manutenção de verdadeiros “*scripts*” nas relações afetivo-sexuais que mantemos, os quais também podem aparecer na forma de “*scripts sexuais*” como os denominaram Simon e Gagnon, em 1986 (apud Alferes, 1993).

A fim de se contextualizar a construção social da sexualidade, há que se tentar compreender a multiplicidade de fatores que a influenciam, desde a concepção até o final da existência do ser humano. Assim, é importante que se tenha uma visão dos multi-determinantes da sexualidade humana, que vai englobar as diversas acepções do que entendemos por identidade sexual, passando desde o sexo biológico, o sexo psicológico ou sexo de criação, até a identidade social de gênero e as ideologias que formam a identidade cultural.

O diagrama a seguir demonstra a complexidade de que se revestem os diversos níveis a partir dos quais podemos estudar a sexualidade. Neste diagrama, constatamos a multi-determinação da construção da sexualidade, cujo estudo, portanto, não pode prescindir de uma visão interdisciplinar, podendo ela ser estudada por diversos campos do saber: desde a Biologia, incluindo a Medicina, a Genética, a Embriologia e a Fisiologia, passando pela Psicologia, (incluindo a Psicologia Evolucionista), a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicanálise.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE



No nível das relações sociais, a Psicologia Social fará a necessária interação entre a Psicologia e a Sociologia e esta, juntamente com a Antropologia, a História e a Economia poderão dar conta de uma série de fatores sócio-culturais que influenciam a sexualidade humana.

No caso da Psicologia Social, ênfase especial deve ser dada à perspectiva das relações intergrupais, das quais as relações de gênero (entre os grupos masculino e feminino) constituem um exemplo que interessa especialmente aos sexólogos.

O resultado (ou efeito) de tal complexidade ratifica a hipótese de que não poderão existir dois indivíduos iguais, mesmo que os sexos genéticos (DNA) sejam iguais, como é o caso de gêmeos idênticos. À diversidade biológica, somem-se todas as possibilidades de aprendizado oferecidas por ambientes diversificados, tais como família, escola, governos e as demais instituições sociais, todos co-participantes do processo de socialização dos indivíduos. Garantida a diversidade biológica, a diversidade fornecida pelos diversos meios ambientes que nos circundam, nos envolvem e nos influenciam, irá garantir a busca de meios de sobrevivência igualmente na área da sexualidade.

Para a construção do sexo psicológico e da identidade social de gênero, é necessário que compreendamos o processo de socialização que ocorre desde os primeiros estágios de desenvolvimento, sendo subdividido em função de faixas etárias específicas. Assim, temos a socialização primária, a secundária e a terciária. Esta última, por corresponder ao processo de socialização de idosos, é, inclusive, denominada "ressocialização", termo pelo qual a psicologia social tem pretendido denominar o processo de integração do idoso a seus "novos" papéis sociais. Em

outros termos, esta nova socialização será tão mais necessária quanto mais os idosos estiverem submetidos a uma ideologia consumista, dentro de uma sociedade que valoriza a produção e o capital; em tal contexto, os idosos serão percebidos como um grupo que não produz, como uma carga, ou algo descartável e, assim, a sociedade fornecerá, a eles, meios para que possam superar a perda dos papéis sociais para os quais eles foram preparados, por todas as suas vidas: para a mulher idosa, a perda da capacidade de reprodução (ou a produção de novos indivíduos); para o homem idoso, a perda da capacidade de produção (de bens ou de serviços).

Nesse sentido, face aos estereótipos que igualmente acompanham os indivíduos que chegam à velhice, a necessidade de um re-aprendizado, nesta fase, também não objetiva a superação da "crise" de identidade que lhes é imposta pela sociedade em que viveram, dentro de padrões rígidos de produção?

SEXUALIDADE E SOCIALIZAÇÃO

Analisando-se diversas definições de SOCIALIZAÇÃO, verificamos que os teóricos concebem -na de duas formas: ou as definem como um processo, ou colocam em evidência os seus efeitos. Os primeiros acentuam a importância da socialização na formação da personalidade, na aptidão à convivência, na aprendizagem social e na aculturação; os segundos, de orientação mais pragmática, utilizam-se, em suas definições, não de critérios referentes aos processos, mas aos efeitos decorrentes - e esperados- da socialização; assim, priorizam a formação de indivíduos integrados (ajustados, adaptados) à sociedade, cujos comportamentos

denotariam um processo de ASSIMILAÇÃO de normas (ou seria melhor denominá-la ASSEMELHAÇÃO de indivíduos?). Indivíduos socializados seriam a prova - ou o efeito - do aprendizado da configuração de papéis (sociais e sexuais) e da difusão de critérios e valores tidos como desejáveis pelos padrões sociais vigentes.

Se compararmos o processo de socialização em culturas semelhantes à nossa, onde prevalecem valores capitalistas, consumistas, tecnológicos, voltados à produção e, conseqüentemente, individualistas, podemos perceber que, de acordo com a situação político-econômica do país, quanto maior o grau a que se chegou, em termos de desenvolvimento tecnológico, mais elevada será, por exemplo, a idade que marcará o término da adolescência: esta tende a ser mais elevada, quanto maiores forem as exigências para a entrada no mundo competitivo de uma profissão remunerada. Caso comparemos a socialização, levando em consideração diferentes culturas, verificamos também que algumas tentam fazer com que este processo tenha, como uma de suas principais características, a continuidade, a qual pode ser alcançada com ou sem rituais de passagem que demarquem a entrada na fase adulta.

Em nossa cultura, no entanto, o que caracteriza este processo é a descontinuidade, pois a passagem de um para outro estágio dar-se-á de uma forma mais abrupta, em função de expectativas e de exigências que o indivíduo ainda não está apto para satisfazer, gerando conflitos de identidade e de papéis sociais. Alguns estudos de antropologia comparada já alertavam para o fato de que os problemas enfrentados pelo adolescente variam de cultura para cultura, tornando a transição, para a fase adulta, uma experiência que poderá ser acompanhada de mais ou menos

conflitos, também podendo variar sua duração.

Da mesma forma, para sua efetivação, a socialização depende da ação de instituições sociais, tais como a família, a escola, o governo, dentre outras. E também sociais serão os critérios para a aprovação de um indivíduo que se pretenda apto a passar para um novo estágio de desenvolvimento. Se a passagem da fase infantil para a fase da adolescência possui indicadores bem definidos - as mudanças ocorridas durante a puberdade - a passagem desta para a fase adulta vai depender de critérios criados e reforçados pelo grupo social.

Embora se tenham criado provas e testes bem definidos para aferir os diversos estágios do desenvolvimento infantil - sejam eles destinados a medir o desenvolvimento motor, cognitivo ou linguístico, o mesmo não ocorreu com os períodos subsequentes. Aferir maturidade, no caso de adolescentes, quando o padrão a seguir é o de um sujeito abstrato, que deve possuir as melhores e mais valorizadas qualidades para ser considerado um adulto independente economicamente, autônomo, produtivo e, de preferência, em condições de constituir uma nova família. Tantas exigências a serem cumpridas que, além de ser uma tarefa difícil de ser executada, não tem resistido nem mesmo quando se pretende atribuir tais parâmetros àqueles que já são percebidos como integrantes do grupo de adultos.

Na medida em que se tenta socializar crianças e adolescentes em função de um ideal a ser atingido - o tornar-se adulto-, todas as preocupações educacionais giram em torno desse modelo, relegando-se, a um segundo plano, as demandas e

expectativas das demais fases do desenvolvimento do ser humano. Se alcançar a fase adulta constitui o objetivo final dos períodos que a antecedem - infância, puberdade e adolescência - estas mereceram atenção bem maior por parte dos teóricos do desenvolvimento do que as fases subseqüentes. A primeira destas fases a ser pesquisada, em detalhes, foi a infância, seguindo-se a adolescência e, só mais recentemente, a velhice passou a ser pesquisada de forma mais contínua. Tanto pessoas de meia-idade quanto adolescentes passaram a ser estudadas, uma vez que representam estados de transição; não se enquadrando em nenhuma das três fases clássicas, constituem categorias sociais mais recentes e, inclusive, mais difíceis de serem definidas. Os trabalhos sobre a meia-idade (ou "idade do lobo e da loba"), assim como aqueles dedicados à terceira idade, só nas últimas décadas do século XX passaram a despertar a atenção de estudiosos e pesquisadores, como apontam Barbosa e Jurberg (1999).

A leitura de diversos livros didáticos sobre o tema adolescência vem corroborar a visão desta fase como alguma coisa "problemática", havendo, via de regra, um capítulo dedicado aos "problemas" do adolescente; a representação que as pessoas possuem em relação ao adolescente não representa um conhecimento vulgar, nem uma concepção extraída de crendices populares. A representação da adolescência é uma construção social, legitimada pela produção científica e reforçada pelas instituições que administram e possuem o poder de socializar indivíduos em função de objetivos que os enquadrem no que deve ser "socialmente aceito" (ou "politicamente correto").

Embora os limites cronológicos superiores da adolescência apresentem uma

variabilidade maior, em função de condições sócio-culturais e econômicas, seus limites iniciais, no entanto, são bem demarcados, na medida em que correspondem a um período de profundas alterações anátomo-fisiológicas que caracterizam a puberdade. O componente sexual está bastante evidenciado nesta fase e a iniciação social à fase adulta vai corresponder ou seguir-se à maturação fisiológico-sexual, mas nunca ocorrerá o inverso. Nesse sentido, para a criança, entrar na puberdade, significa uma garantia para sua futura entrada no grupo dos adolescentes. E, uma vez dentro deste novo grupo, terá que cumprir uma série de exigências, para que consiga ultrapassá-lo.

O período que antecede a adolescência - a pubescência - caracteriza-se pelo amadurecimento das funções reprodutivas e pelo aparecimento das características sexuais secundárias, sendo, portanto, uma fase bem definida, o que propicia uma maior nitidez em relação às fases anteriores. Em função de seus aspectos fisiológicos, decorrentes da filogênese, também sua duração – cerca de dois anos – também pode ser prevista, o que já não ocorre com a fase da adolescência, que é um período mais prolongado, às vezes com duração de uma década, não apresentando correlatas alterações fisiológicas, mas constituindo-se uma fase que pode ser entendida como uma construção social . Seu término será, portanto, variável, em função da necessidade de preenchimento de critérios de importância relativa, diversificados em função de diferentes ambientes sócio-culturais.

Dentre os procedimentos observados em povos tidos como "primitivos" e que refletem um caráter de continuidade entre os diversos estágios do desenvolvimento,

os estudos de antropologia social têm apontado rituais ou períodos mais longos, destinados à iniciação. Tanto a criança, quanto o jovem púbere, vão tendo responsabilidades cada vez maiores, de forma progressiva, o que conferirá, ao jovem, após a puberdade, o *status* e os privilégios dos adultos (não havendo, portanto, entre eles, a fase da adolescência). Alguns desses povos mantêm ritos de passagem da puberdade, os quais assinalam uma entrada direta para a fase adulta; em outros, os ritos de iniciação podem ocorrer depois, durante ou até mesmo antes da pubescência biológica. Estes últimos constituem casos em que a transição é mais suave, em que há tanto um reconhecimento social de que um jovem está apto às funções adultas, como também o reconhecimento, pelo próprio indivíduo, de que ele atingiu a idade madura, com todas as prerrogativas e direitos de tal *status* .

A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL

Da mesma forma que a adolescência, a meia-idade constitui, igualmente, uma fase de transição. Nela inicia-se, para a mulher, a perda da capacidade reprodutiva, com o início do período do climatério, cujo término culmina com a menopausa. Primeiramente percebida como uma perda da capacidade simplesmente de ser mãe, ou seja, da capacidade de produzir indivíduos, passou a ser associada como uma fase em que “se deixa de ser mulher”, uma vez que seu útero está inativo. De uma simples etapa da função reprodutiva, passou a ser vista como um período de “crise”; daí a se transformar em doença, foram poucas décadas. A discriminação dirigida a mulheres nesta faixa etária implicou problemas ligados à identidade sexual e à identidade de gênero, incluindo relações de poder (Bourhis e Cole, 1992). Conforme assinalamos

em pesquisas anteriores, (Jurberg e Canella, 1997;1998; Teixeira-Pinto e Jurberg, 1998), a discussão dos aspectos sócio-culturais da sexualidade passa, portanto, no que concerne às mulheres pós-menopausa, por uma constatação de que elas não estariam passando por uma “crise da reprodução”, mas pela “reprodução” de uma “ crise” construída socialmente.

Sendo o indivíduo adulto, produtivo, o ideal de uma sociedade de consumo, somente a ele estariam disponíveis os prazeres do exercício da sexualidade. Expressões de afeto, de carinho e de sexualidade, entre homens e mulheres na terceira-idade, assim como entre crianças e entre deficientes físicos ou mentais são, geralmente, reprimidas ou ridicularizadas. Quando ocorrem em público, tais pessoas são percebidas como “pervertidos sexuais”. (Risman e Jurberg, 1998; Jurberg e Ribeiro, 1999). Como se a sexualidade só pudesse estar presente entre jovens e adultos, devendo ser reprimida ou negada nas demais faixas etárias.

Uma vez colocadas em evidência as relações entre a socialização e as diversas fases de transição no desenvolvimento do indivíduo, passaremos às relações entre a socialização, a sexualização e as propostas de educação sexual, destacando as ideologias subjacentes aos programas educacionais ainda vigentes.

Assim como defendemos o ponto de vista de que os problemas da adolescência são mais “inventados” do que reais, também os problemas ligados à sexualidade são, quase em sua totalidade, igualmente “invenções” de origem sócio-cultural. Denunciando a característica “sexofóbica” das sociedades contemporâneas, Bernardi (1985) propõe, como desafio, a instituição da “deseducação sexual”, o que, para ele, geraria muito menos

problemas do que aqueles que têm resultado de tudo que se tem feito até hoje na área educacional, caracterizada por verdadeiros programas de repressão. Para ele, “ ... a sexualidade, de per si, não apresenta nenhum problema. Cada problema relacionado com ela deriva de 'sua elaboração secundária' e das tensões produzidas por uma sociedade que procura constantemente auto-proteção contra a própria sexualidade”.

Quanto à sexualidade infantil, podemos observar que, quando as crianças aprendem sozinhas a executar uma determinada tarefa que demande inteligência ou coordenação motora, os pais são os primeiros a elogiá-las em seus desempenhos ou sua criatividade; elas são igualmente reforçadas socialmente, quando exploram o ambiente, quando descobrem uma nova utilidade para um objeto ou quando obtêm prazer em suas brincadeiras "ingênuas"; mas quando eles fazem o mesmo com o próprio corpo, quando o exploram e encontram uma zona cuja manipulação lhes dá prazer, os pais não sabem como agir, ficam perplexos e tentam evitar novas oportunidades, seja através de reprimendas, mentiras sobre os efeitos em sua saúde, que será ameaçada, ou que aquilo é algo "sujo". Impedem mesmo que a criança fique despida e, assim, seu corpo, que é sua maior fonte de prazer, que de sua propriedade, lhe é negado e associado a algum tipo de restrição. Muitos bebês têm seu tempo de banho diário reduzido, para limitar suas brincadeiras com os órgãos genitais, que são rapidamente abafados com fraldas, alfinetes e plásticos. Na esfera sexual, não permitimos que a criança aprenda sozinha. Queremos impor-lhe nosso modo de vivenciar a sexualidade e esse modo tem se caracterizado muito pela omissão e pela repressão, e muito pouco pela informação ou pela educação sexuais.(Jurberg, 1997)

A SEXUALIDADE FRENTE ÀS IDEOLOGIAS

Assim, tanto a família quanto a escola, os principais agentes socializadores, acabam sendo, na verdade, falsos educadores. A ciência, por sua vez, ao promover, reforçar ou legitimar falsas diferenciações e tipologias, torna-se cúmplice da discriminação social dirigida a grupos que não se enquadram nos padrões tidos como normativos. A política, principalmente as públicas, dentro ou fora de instituições (Jurberg e Ribeiro, 1999), igualmente reforça a repressão, o controle ou a negação da sexualidade, legitimando as ações que lhe suportam o poder e reforçando a organização de modelos hierárquicos.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que exacerba e incentiva o desejo de aquisição de bens materiais, afirmando o prazer pelo dinheiro, nega o prazer advindo da sexualidade ou do fato de podermos dispor de nosso corpo. Reforçando o consumismo desenfreado, este é repassado para as relações afetivas e sexuais, onde a quantidade valerá mais que a qualidade, onde o regime de trocas deverá prevalecer, passando os indivíduos a avaliarem suas relações em termos de dar e tomar, de investir e lucrar. O tempo livre, dedicado a atividades prazerosas, é visto como desperdício; o trabalho, visto como obrigação e dever, antepõe-se ao prazer. Aos diferentes, aos divergentes, aos que não produzem, restará a discriminação, a segregação, a tentativa de exclusão social. Não só a estes, mas a todos que fugirem às regras estabelecidas, restará uma auto-estima insatisfatória, uma identidade social percebida como negativa, desvalorizada e, conseqüentemente, um sentimento de culpa generalizado, uma vez que o indivíduo atribuirá, a si mesmo, toda a

responsabilidade pelos comportamentos “desviantes” das normas que vier a apresentar.

Como bem identifica Bernardi (1985), passamos, todos, durante nosso processo de socialização, por uma verdadeira "programação da anti-sexualidade". Ao mesmo tempo em que esta terá, como resultante, um tipo de sexofobia, vivemos em uma sociedade que usa e abusa do sexo para vender todo tipo de produto. Uma sociedade que tanto pode deificar quanto banalizar a sexualidade; que ora exacerba os sentidos e os prazeres e ora associa-os aos “resquícios” de nossa origem animal, que necessita ser controlada pela racionalidade humana.

Uma sociedade ainda confusa em relação às propostas que dependem de um discurso realista e neutro sobre a sexualidade humana. Sociedades que oscilam entre a sexofilia e a sexofobia, que se pretende livre de preconceitos e mitos sexuais, mas que apregoa campanhas para o uso de preservativos que assegurem a saúde física, mas que não fala de saúde sexual nem de boa qualidade de vida sexual. Sociedades, instituições e grupos de indivíduos que são ambivalentes em relação ao sexo; que aceitam usá-lo para vender produtos, mas que são omissos ou repressores, quando há necessidade de discutí-lo. Ao colocar o sexo diante de tais extremos, acaba passando, aos indivíduos, essa mesma ambivalência que a caracteriza. Assim, sem padrões sexuais nítidos, parece que tudo fica sendo válido, no campo da sexualidade, desde que distante dos olhos do “outro”. Daí verificarmos a sobrevivência de uma “dupla moral sexual”, que caracteriza as sociedades ocidentais, principalmente as de influência judaico-cristã.

Aos que ousam apresentar-se como seres sexuados, a sociedade trata-os de forma preconceituosa. Os preconceitos sexuais, como todo e qualquer pré-conceito, (=ou pré-juízo) acabam por acarretar PREJUÍZOS às pessoas às quais eles são atribuídos. Representam eles, no entanto, cognições baseadas em evidência, da mesma forma que qualquer julgamento que venhamos a fazer, mas, no caso dos preconceitos, tais evidências estão baseadas em informações inadequadas (ou mesmo imaginárias), resultantes de nossa falta de conhecimento sobre o assunto e/ou devidos à sua disseminação na sociedade. Em função desses preconceitos, que vêm carregados ou aos quais atribuímos valorações positivas ou negativas, é que avaliamos e comparamos os diversos grupos que formam a sociedade. E serão eles que nos induzirão à ação, que nos darão prontidão para agir. Nossas ações, portanto, serão dirigidas em função de nossas valorações.

Uma vez disseminadas pela mídia ou pela cultura, as atitudes preconceituosas acabam criando imagens supersimplificadas acerca de determinados grupos considerados “dissidentes”. São os estereótipos (sociais ou sexuais), que constituem imagens supersimplificadas (ou imagens congeladas) de uma determinada categoria ou grupo social, podendo também ser atribuído a uma instituição ou a um acontecimento. Esta imagem, em geral, é compartilhada por um grande número de pessoas, podendo ser acompanhada ou não de preconceitos. (Jurberg, 1997).

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E ESTEREÓTIPOS SEXUAIS

Para TAJFEL (1978), os estereótipos fazem parte do processo cognitivo geral de

categorização de grupos sociais e possui funções não só para o próprio indivíduo - na medida em que representam uma economia cognitiva, uma tentativa individual de simplificação, face à complexidade de informações a que ele está constantemente sendo submetido-, como possui também funções que podemos designar de sociais. Quando compartilhados por um grande número de pessoas, os estereótipos adquirem funções que ultrapassam os processos cognitivos individuais: a uniformidade com que ele tenta caracterizar um determinado grupo social, - por exemplo, os adolescentes - acaba penetrada por um forte diferencial de valor, que acompanhará a identificação daqueles que pertencem ao grupo em questão. (Jurberg e Nóbrega, 1996).

Para que se compreenda a etiologia cognitiva dos preconceitos, há que se compreender as atribuições causais que, por sua vez, determinarão mudanças na nossa compreensão dos acontecimentos. A atribuição de causalidade depende de processos cognitivos que se passam ao nível do indivíduo e que consistem em: categorização ou a classificação de fatos, eventos ou grupos, para fins de economia ; assimilação de tais classificações ; e procura de coerência, estabelecendo relações causais com a finalidade de vencer as mudanças constantes. Na medida em que, a um determinado grupo, é atribuída uma relação causal, mesmo que ela seja baseada em um tipo de raciocínio primitivo, seja por generalizações apressadas, seja por analogias, o processo vai garantir uma consistência da ação, uma vez que o indivíduo já se considera equipado para enfrentar uma situação nova; ao mesmo tempo, a crença de que ele conhece a situação nova, preservará sua auto-imagem.

CONCLUSÕES

A causalidade, portanto, está na base da formação dos preconceitos. Uma vez que esse indivíduo se confronte com um outro que possua as características que lhe permitirão enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria ou grupo, este último passará a possuir todas as atribuições causais próprias de seu grupo de pertença.

Se o indivíduo pertence a um grupo ao qual seja atribuída uma valoração positiva - tido como grupo de referência -, a ele serão atribuídas todas as características do grupo em questão; caso a avaliação seja depreciativa, a mesma valoração lhe será atribuída; as diferenças entre os grupos acabam por ser percebidas como naturais, e não como construídas socialmente ou através de artefatos de pesquisa ou tipo de lógica utilizada na construção do conhecimento sobre o grupo. Assim, indivíduos pertencentes a determinados grupos são percebidos, avaliados e tratados (segundo os componentes cognitivo, valorativo e ativo da formação de preconceitos), segundo esta pertença; e determinados papéis sociais - e sexuais - inerentes à categorização compartilhada do grupo, serão impostos e/ou cobrados. (Jurberg, 1996 c).

Como conseqüências da identificação social, teremos uma avaliação positiva do próprio grupo (=favoritismo intra-grupo) ou do grupo de identificação; acentuação das diferenças entre o “ingroup” e o “outgroup”; (diferenciação inter-grupos); baixa auto-estima quando o grupo de identificação é desvalorizado socialmente (auto-imagem negativa); auto-estima positiva quando a identificação social se dá em direção a grupos valorizados socialmente; ratificação de estereótipos sociais e legitimação da DISCRIMINAÇÃO SOCIAL e conseqüente

desrespeito à diferença em relação às normas vigentes; e, finalmente, a manutenção da ideologia de dominação de alguns grupos, em detrimento da grande massa de excluídos sociais.

Referências Bibliográficas

ALFERES, V.R. Atração interpessoal, sexualidade e relações íntimas. In J.Vala e M.B. Monteiro (Orgs.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian :113-140, 1993.

BARBOSA, A .C.N. e JURBERG, M.B. Menopausa: doença inevitável? *Scientia Sexualis* vol.5 (2): 85-110, 1999.

BERNARDI, M. *A deseducação sexual*. São Paulo: Summus, 1985.

BOURHIS E COLE, BOURHIS, R. Y. & COLE, R. Sexe, pouvoir et discrimination: analyse intergroupes des rapports femmes-hommes. *Révue Québécoise de Psychologie*. 13 (1): 103-127, 1992.

JURBERG, M.B. A sexualidade na adolescência: mitos e preconceitos. *Scientia Sexualis* (Revista do Mestrado em Sexologia da UGF). Rio de Janeiro: UGF: 3: 85-94., 1995.

JURBERG, M.B. e CANELLA, P.R.B. Sexualidade na menopausa. *Scientia Sexualis* . Ano II (1): 73-95, 1996 (a)

JURBERG, M.B. E NÓBREGA, N.P. "Identité sociale de genre et représentations des droits humaines". *Journal International de Psychologie*, nº 31 (3/4): 448-449, 1996.1996 (b).

JURBERG, M.B. Representações Sociais do envelhecimento : uma questão de papéis sexuais ou de identidade de gênero?" *Anais da Jornada para Pesquisadores em Ciências Humanas*, organizada pelo CFCH da UFRJ: 26,1996(c).

JURBERG, M.B. “Conflitos Interpessoais e Dinâmica do Casal - as relações afetivas e sexuais na perspectiva psico-social, In M.C. Andrade-Silva, J.J. Serapião e P. Jurberg (Orgs). *Sexologia –interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa*. Rio de Janeiro: Editoria Central da UGF/Iglu Editora: 45-88, 1997.

JURBERG, M.B. CANELLA, P.R.B. Adolescência e Climatério – os opostos em foco. *Scientia Sexualis* vol.4 (3): 33-42, 1998.

JURBERG, M.B. e CANELLA, P.R.B. Sexualidade na menopausa: crise da reprodução ou produção de crise? *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, editada pela SBRASH vol.8 (1): 68-79,1997.

JURBERG, M.B. e ANDRADE-SILVA, M.C. Gender relations: differences in social representations of aging and sexual behavior. Resúmenes del IX *Congreso Latinoamericano de Sexología y Educación Sexual*, México: 141, 1998.

JURBERG, M.B. e RIBEIRO, D, A sexualidade e as normas sociais: preconceitos e estereótipos em relação às minorias. *Scientia Sexualis* vol.5 (1): 20-49, 1999.

RISMAN, A . e JURBERG, M.B. A carruagem da saudade: seremos todos passageiros? O percurso da sexualidade na terceira idade. *Scientia Sexualis* vol.3 (1): 13-52, 1997.

TAJFEL, H. (Ed.) *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press: 61-76, 1978

TEIXEIRA-PINTO, C. e JURBERG, M.B. Sexualidade na menopausa- uma arte a ser aprendida. *Scientia Sexualis* vol.3 (1): 53-90, 1997.